

**ANÁLISE DA ESTRUTURA DA SAÚDE AMBIENTAL NOS  
ÓRGÃOS LICENCIADORES AMBIENTAIS DAS TRÊS  
ESFERAS GOVERNAMENTAIS ATUANTES EM  
FLORIANÓPOLIS**

**Ivan Jurovsky Tamassia**

**Orientador: Prof. Dr. Guilherme Farias Cunha**

**2013/2**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA SANITÁRIA E  
AMBIENTAL

**ANÁLISE DA ESTRUTURA DA SAÚDE AMBIENTAL NOS  
ÓRGÃOS LICENCIADORES AMBIENTAIS DAS TRÊS  
ESFERAS GOVERNAMENTAIS ATUANTES EM  
FLORIANÓPOLIS**

Ivan Jurovsky Tamassia

Trabalho submetido à Banca  
Examinadora como parte dos  
requisitos para Conclusão do Curso  
de Graduação em Engenharia  
Sanitária e Ambiental – TCC II.  
Orientador: Prof. Dr. Guilherme  
Farias Cunha.

FLORIANÓPOLIS  
DEZ/2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA SANITÁRIA E  
AMBIENTAL

**ANÁLISE DA ESTRUTURA DA SAÚDE AMBIENTAL NOS  
ÓRGÃOS LICENCIADORES AMBIENTAIS DAS TRÊS  
ESFERAS GOVERNAMENTAIS ATUANTES EM  
FLORIANÓPOLIS**

Ivan Jurovsky Tamassia

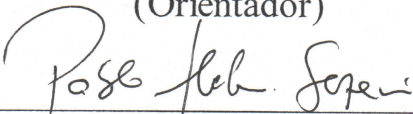
Trabalho submetido à Banca  
Examinadora como parte dos  
requisitos para Conclusão do Curso  
de Graduação em Engenharia  
Sanitária e Ambiental – TCC II.

BANCA EXAMINADORA:



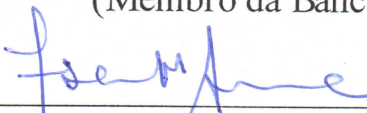
---

Prof. Dr. Guilherme Farias Cunha  
(Orientador)



---

Prof. Dr. Pablo Heleno Sezerino  
(Membro da Banca)



---

Prof. Dr. Fernando Soares Pinto Sant'Anna  
(Membro da Banca)

FLORIANÓPOLIS  
DEZ/2013



## **RESUMO**

Na área Ambiental, muitas atividades que são ou deveriam ser realizadas com eficácia não têm seu papel bem definido, tampouco possuem uma clara normatização de suas atribuições e do alcance de sua jurisdição. Uma dessas atividades inerentes à Saúde Pública é o setor de Saúde Ambiental, que tem entre suas atribuições cuidar das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do ser humano, que podem influenciar sua saúde e o seu bem-estar. No entanto, esse setor não tem correspondido ao que se espera dele na aplicação efetiva de suas atribuições. Seu desempenho vem sendo comprometido, não pelo desconhecimento de técnicas ou de políticas públicas eficientes, mas por ser um ramo de atuação que ainda não possui clara definição se faz parte da estrutura da Saúde ou da estrutura do Meio Ambiente, de quem deve realizar suas atividades ou de quais profissionais deveriam compor seu quadro de funcionários. Este trabalho objetiva esclarecer estas questões e realizar um levantamento da atual situação da Saúde Ambiental nas esferas governamentais (federal estadual e municipal). Pretende-se conhecer a legislação pertinente, bem como obter informações relevantes através de profissionais atuantes neste setor, que contribuam para a realização deste diagnóstico. Este estudo poderá ter como consequência a disseminação dos resultados obtidos com vistas a uma aproximação da população com esta área pouco conhecida, mas não menos importante, de atuação do poder público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde Ambiental; Setor Saúde; Setor Ambiental; Legislação de Saúde Ambiental; Políticas Públicas de Saúde Ambiental.





## **ABSTRACT**

In the Environmental area, many activities that are or should be carried out effectively do not have their well-defined role or don't have a clear regulation of their duties and scope of their jurisdiction. One of those activities is related to Public Health is the sector of Environmental Health, which has among its tasks to take care of life forms and the substances and the conditions around the human being, which can influence their health and wellbeing. However, this sector has matched to what is expected of him in the effective implementation of their duties. His performance comes being committed, not by the lack of technical knowledge or efficient public policies, but to be a line of business that does not have clear definition is part of the structure Health or the Environmental and who shall conduct its activities, or which professional should make up their workforce. This work aims to clarify these issues and survey the current situation of Environmental Health in governmental spheres (federal, state and municipal). It is intended to meet the relevant legislation, as well as information by relevant professionals working in this sector, which contribute to achieving this diagnosis. This study may have as a consequence the dissemination of the results obtained with view to an approximation of the population with this little known area, but not least, the performance of the government.

**KEY WORDS:** Environmental Health, Health Sector, Environmental Sector, Environmental Health Legislation, Public Policies on Environmental Health.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pergunta 1 IBAMA.....	28
Gráfico 2 – Pergunta 1 FATMA.....	29
Gráfico 3 – Pergunta 1 FLORAM.....	29
Gráfico 4 – Pergunta 1 Resultado Total.....	30
Gráfico 5 – Pergunta 2 IBAMA.....	30
Gráfico 6 – Pergunta 2 FATMA.....	31
Gráfico 7 – Pergunta 2 FLORAM.....	31
Gráfico 8 – Pergunta 2 Resultado Total.....	32
Gráfico 9 – Pergunta 3 IBAMA.....	32
Gráfico 10 – Pergunta 3 FATMA.....	33
Gráfico 11 – Pergunta 3 FLORAM.....	33
Gráfico 12 – Pergunta 3 Resultado Total.....	34
Gráfico 13 – Pergunta 4 IBAMA.....	34
Gráfico 14 – Pergunta 4 FATMA.....	35
Gráfico 15 – Pergunta 4 FLORAM.....	35
Gráfico 16 – Pergunta 4 Resultado Total.....	36
Gráfico 17 – Pergunta 5 IBAMA.....	36
Gráfico 18 – Pergunta 5 FATMA.....	37
Gráfico 19 – Pergunta 5 FLORAM.....	37
Gráfico 20 – Pergunta 5 Resultado Total.....	38
Gráfico 21 – Pergunta 6 IBAMA.....	38
Gráfico 22 – Pergunta 6 FATMA.....	39
Gráfico 23 – Pergunta 6 FLORAM.....	39
Gráfico 24 – Pergunta 6 Resultado Total.....	40
Gráfico 25 – Pergunta 7 IBAMA.....	40
Gráfico 26 – Pergunta 7 FATMA.....	41
Gráfico 27 – Pergunta 7 FLORAM.....	41
Gráfico 28 – Pergunta 7 Resultado Total.....	42
Gráfico 29 – Pergunta 8 IBAMA.....	42
Gráfico 30 – Pergunta 8 FATMA.....	43
Gráfico 31 – Pergunta 8 FLORAM.....	43
Gráfico 32 – Pergunta 8 Resultado Total.....	44



## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>OBJETIVO GERAL. ....</b>	<b>16</b>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Desenvolvimento da Saúde Ambiental no Brasil e no Mundo...</b>	<b>17</b>
<b>1.2 Legislação Pertinente.....</b>	<b>20</b>
<b>1.3 Estrutura da Saúde Ambiental no Brasil.....</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>28</b>
<b>3.1 Resultados Obtidos.....</b>	<b>28</b>
<b>3.2 Análise dos Resultados e Discussões.....</b>	<b>44</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>50</b>



## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo mostrar de que forma a Saúde Ambiental está consolidada nos órgãos ambientais das três esferas governamentais brasileiras, federal, estadual e municipal.

Segundo o Ministério da Saúde (2007) a área de Saúde Ambiental deve criar mecanismos e ações estratégicas com as diferentes secretarias, agências, instituições de pesquisa, fundações e outros órgãos prestadores de serviços públicos e privados de assistência à saúde, visando à promoção da saúde, de forma a relacionar os fatores ambientais como determinantes do adoecimento e das mortes na população.

O cumprimento dos objetivos destinados ao setor de Saúde Ambiental no Brasil passa muito pela eficiência nos processos de licenciamento ambiental, que avaliam possíveis impactos à saúde da população, licenciamento este que é de atribuição dos respectivos órgãos públicos licenciadores, podendo ser municipais, estaduais ou federais.

Todavia, a avaliação de impactos à saúde da população em processos de licenciamento ambiental ainda é vista em segundo plano, e vem consolidando-se lentamente dentro dos órgãos licenciadores bem como na avaliação dos responsáveis pelos empreendimentos potencialmente impactantes.

Pretende-se demonstrar através de revisão histórico-bibliográfica; da releitura das leis que regem esse campo da área de engenharia sanitária e ambiental; e de pesquisa de campo, que a efetividade das leis de proteção ambiental ainda está aquém do padrão esperado para a proteção e para esclarecimento dos cidadãos.

Para tanto, serão utilizados conhecimentos teóricos de Otávio Mercadante, Guilherme Cunha e Ogenis Brilhante; a legislação específica de Saúde Ambiental; e realizada de pesquisa de campo no IBAMA<sup>1</sup>, na FATMA<sup>2</sup>, e na FLORAM<sup>3</sup>, no período de 4 de Novembro de 2013 a 11 de Novembro de 2013.

---

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Criada para cuidar da proteção e conservação ambiental de forma integrada conforme Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

<sup>2</sup> Fundação do Meio Ambiente do Governo de Santa Catarina, criada em 1975 para garantir a preservação dos recursos naturais do estado.

Ao final do trabalho, espera-se esclarecer o modo como a saúde ambiental é conduzida nas três esferas de atuação e está consolidada nos órgãos ambientais das esferas governamentais.

## **OBJETIVO GERAL**

Identificar e analisar as ações de Saúde Ambiental nas esferas governamentais brasileiras (federal, estadual e municipal).

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Realizar um levantamento histórico da Saúde Ambiental no Mundo e no Brasil;

Identificar a legislação e as entidades governamentais que atuam em Saúde Ambiental no Brasil;

Analisar o desempenho dessas entidades;

Analisar os possíveis fatores limitantes do desempenho dessas entidades.

---

<sup>3</sup> Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis - uma entidade pública, sem fins lucrativos, instituída pela Lei Municipal 4.645/95, tem por objetivo a execução da política ambiental em Florianópolis.



## **CAPÍTULO 1 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **1.1 Desenvolvimento da Saúde Ambiental no Mundo e no Brasil**

A preocupação a respeito da interação saúde–ambiente sempre esteve presente em nossa sociedade desde Platão, que há 2400 anos já se queixava dos desmatamentos e da erosão das colinas de Ática devido ao excesso de pastagem e corte de árvore para lenha. Também Hipócrates (377 a.C.) em seu livro *Ares, Águas e Lugares*, indicava a importância de observar fatores ambientais, tais como a qualidade das águas, para determinar a saúde da população. Naquela época ainda não se tinha conhecimento das razões pelas quais a degradação do ambiente influenciava negativamente a vida e a saúde das pessoas, mas era sabido que havia esta correlação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

O desconhecimento a respeito das interações do homem com o ambiente permaneceu inalterada por muito tempo, mas com o avanço da tecnologia e da medicina este cenário foi sendo modificado.

Na antiguidade as práticas sanitárias coletivas tiveram considerável avanço, principalmente através dos aquedutos, banhos públicos, termas e esgotos romanos, tendo como símbolo a Cloaca Máxima Romana.

A revolução pasteuriana que consagra a teoria do germe no final do século dezenove representa uma das mais notáveis contribuições científicas na História da humanidade e, talvez, possa ter produzido em alguns de seus seguidores de mentalidade mais estreita, a certeza de que tudo estivesse resolvido no longo e doloroso percurso do adoecer e do morrer dos humanos. Com a ideia da uni-causalidade e da resolução dos problemas, se combatia o ataque dos germes ao organismo humano através de substâncias que a moderna ciência iria produzindo. Na realidade, Pasteur e seus seguidores, com muita argúcia, jamais ignoraram o papel do meio ambiente, propondo a clássica tríade agente-hospedeiro-ambiente para explicar o processo de transmissão dos germes recém-descobertos (BUSS apud BRILHANTE, 1999).

Mesmo com o avanço do conhecimento em relação à Saúde Ambiental, a sociedade e as lideranças políticas demoraram a agir no intuito de produzir uma melhora no cenário global. Até meados da década de 80, a maioria das grandes organizações internacionais, dos governos e dos pesquisadores com interesse nas questões relacionadas às condições de vida e saúde das populações, priorizavam as populações rurais, mais especificamente a dos países em desenvolvimento, como o foco principal de suas atenções e investimentos (ROSSI-ESPAGNET et

al., 1991). Esta situação específica acontecia em virtude das cidades ainda propiciarem uma boa condição de qualidade de vida à população.

Após a Revolução Industrial, juntamente com o término da Segunda Guerra Mundial, houve um massivo processo de urbanização no mundo como um todo, primeiramente atingindo os países mais desenvolvidos, mas, posteriormente, estendendo-se para os países em desenvolvimento.

A partir desse processo de expressiva urbanização, muitas características passaram a interferir negativamente na vida da população: a poluição, a violência e a pobreza. As cidades deixaram de assegurar uma boa qualidade de vida e tornaram-se ambientes insalubres e potenciais causadores de enfermidades.

O mundo começa a despertar para a questão ambiental de forma intensa e global apenas há cerca de 40 anos, muito influenciado pela diminuição da qualidade de vida das pessoas, degradação desenfreada do ambiente e indícios de mudanças climáticas em função dessa degradação. Em 1972, as Nações Unidas convocam a Conferência de Estocolmo, que levou os países em desenvolvimento e os industrializados a traçarem, juntos, os direitos da família humana a um meio ambiente saudável e produtivo.

Em 1992 a ONU – Organização das Nações Unidas – convoca a RIO-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que produz dois documentos básicos para orientar ambientalistas, cientistas, ativistas e a população em geral: a Agenda 21 e a Carta da Terra (BUSS apud BRILHANTE, 1999).

Antecedendo a Conferência RIO-92, duas importantes iniciativas no que tange à saúde e ambiente desenvolvem-se no plano global: a implantação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que gera um documento de primeira linha, Nosso Futuro Comum, tido como o grande inspirador das deliberações havidas entre os Chefes de Estado presentes na Conferência do Rio; e a realização da III Conferência sobre Promoção da Saúde, em Sundsvall/Suécia, em 1991, com o tema: Ambientes favoráveis à saúde.

Para uma avaliação rápida e eficiente dos níveis de saúde e também do saneamento disponível a certa população em uma determinada área, criou-se a Taxa de Mortalidade Infantil, que de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – é “*a frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil*”. Expressa-se para cada mil crianças nascidas vivas. Ficou evidente que os valores da taxa de mortalidade infantil

caíram vertiginosamente nos países em que a saúde ambiental e o saneamento tiveram uma atenção especial e profissional.

Este contexto histórico é essencial para que possamos entender a extensão que a Saúde Ambiental adquiriu no âmbito global com o passar dos anos. Evidentemente que cada país tem seu tempo no tratamento desta vertente, e o Brasil ainda está num processo evolutivo e de otimização de sua estrutura.

Um passo importante para o avanço da Saúde Ambiental no Brasil foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde seu Artigo 225 diz que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (CF de 1988).

Vale ressaltar, dentro deste artigo, os seguintes pontos:

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;  
VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; (CF de 1988).

Outra etapa importante para o estabelecimento da Saúde Ambiental no país ocorreu em 1995, quando o Brasil elaborou seu Plano Nacional de Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Sustentável – Diretrizes para Implantação. Dividido em duas partes, o documento inicialmente faz um diagnóstico da situação de saúde e ambiente do país, e nele são expressas a gravidade e a complexidade do quadro epidemiológico, em que as doenças da pobreza se misturam às do desenvolvimento, à situação de extrema pobreza de parcelas significativas da população e a um quadro de grande degradação ambiental. Na segunda parte, as diretrizes, em linhas gerais apontam para a necessidade de articulação entre os vários setores (saúde, educação, saneamento, meio ambiente, trabalho, economia, etc.) e as instâncias (federal, estadual e municipal) de governo; além de contar com a participação da população sem a qual não há controle social sobre o uso dos recursos e o desenvolvimento não será sustentável (FUNASA, 2002).

O modelo conceitual que se pretende adotar (para a estruturação da vigilância ambiental em saúde no país desde 2002) baseia-se no entendimento de que as questões relacionadas às relações entre saúde e ambiente devem ser pensadas como integrantes de sistemas complexos. Um problema de saúde, uma epidemia de diarreia em uma determinada população, ou uma situação de risco ambiental para a saúde humana, como um depósito de resíduos perigosos em área urbanizada, só podem ser tratados adequadamente se considerarmos os sistemas complexos que os contêm (FUNASA, 2002).

Estas ações de órgãos governamentais foram o primeiro passo na direção de uma melhora do sistema de Saúde Ambiental no Brasil, infelizmente o país ainda carece de muita eficiência na implantação dessas políticas bem como uma grande burocracia e falta de fiscalização em suas atividades, isto gera um atraso no processo evolutivo de qualquer atividade.

Através desta análise temporal do desenvolvimento da Saúde Ambiental no âmbito Global e Brasileiro, podemos notar claramente o avanço no discurso dos líderes políticos e a crescente conscientização da sociedade como um todo a respeito das relações homem-ambiente. Houve um salto positivo neste setor, principalmente, pois a qualidade de vida e a saúde das pessoas começaram a ser afetadas e então se passou a olhar com maior atenção para a degradação que o Homem vem provocando na natureza.

## **1.2 Legislação Pertinente**

A legislação que envolve alguma atividade é essencial para que possamos mensurar o alcance que esta pode atingir, bem como as respectivas ações esperadas.

Para realizarmos a análise legal da Saúde Ambiental temos que atentar para duas vertentes legais: a do Meio Ambiente e da Saúde, pois são essas duas vertentes que englobam as questões relacionadas a esse ramo do poder público no Brasil.

Primeiramente vale ressaltar que a referência normativa à Saúde Ambiental no país existe desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde podemos citar os seguintes artigos como sendo de extrema importância:

Artigo 23, incisos II, VI, VII e IX, que estabelece a competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios de cuidar da saúde, proteger o meio ambiente, promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de sa-

neamento básico, além de combater a poluição em qualquer de suas formas e preservar as florestas, a fauna e a flora;

Artigo 196, que define a saúde como: “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Artigo 200, incisos II e VIII, que fixa, como atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras, a execução de “ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador” e “colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”.

Artigo 225, no qual está assegurado que: todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (CF, 1988)

Com a promulgação da Constituição Federal, abriram-se as portas para que novas medidas fossem tomadas no intuito de fortalecer o estabelecimento da Saúde Ambiental no País. Uma medida importante ocorreu em 1990 a partir da Lei nº 8.080/90 onde se deu a regulamentação do SUS – Sistema Único de Saúde – um sistema Federal que tem as seguintes atribuições:

Artigo 6º, o campo de atuação do SUS, inclui as ações inerentes à vigilância sanitária; à vigilância epidemiológica; a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico; a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o trabalho; o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde; a participação no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos, entre outros. (SAÚDE.GOV.BR, 2013).

O Artigo 6º, §§ 1º, 2º e 3º, definem vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e saúde do trabalhador, que posteriormente vêm a constituir a chamada vigilância em saúde:

§ 1º - Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo [...]

§ 2º - Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. (SAÚDE.GOV.BR, 2013)

Os fatores determinantes e condicionantes de saúde individual e coletiva referem-se às características das pessoas e do meio ambiente no tempo (CUNHA, 2013).

§3º - Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo [...] (SAÚDE.GOV.BR, 2013)

Em 1997, o Ministério da Saúde formulou o projeto VigiSUS com o objetivo, dentre outros, de estruturar o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental de acordo com as diretrizes do SUS, definindo com maior clareza o papel da vigilância em saúde ambiental no que toca aos fatores que podem acarretar riscos à saúde humana. A estruturação da Vigilância em Saúde Ambiental no Brasil começa a institucionalizar-se a partir do Decreto n.º 3.450, de 9 de maio de 2000, que assegura a sua implantação em todo o território nacional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

A Lei n.º 10.683/03, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, atribui como uma das competências do Ministério da Saúde a “saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e índios” (BRASIL, 2003b, art. 27, XX, c apud MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

De acordo com o Decreto n.º 4.726/2003, que trata da Estrutura Regimental do Ministério da Saúde, compete à Secretaria de Vigilância em Saúde coordenar a gestão do Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde, incluindo o ambiente de trabalho (BRASIL, 2003a, art. 29, I, b apud Ministério da Saúde, 2007).

Dando prosseguimento à evolução legal solidificando a Saúde Ambiental no Brasil, A FUNASA – Fundação Nacional da Saúde -, órgão vinculado ao Ministério da Saúde, publicou a Instrução

Normativa nº 1 em 07/03/2005, que, no parágrafo único, art. 4º, seção I do capítulo II, define saúde ambiental:

Saúde Ambiental compreende a área da saúde pública afeta ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano, sob o ponto de vista da sustentabilidade. (CUNHA, 2013).

Esta mesma Instrução Normativa nº 1, de 7 de março de 2005, estabeleceu o Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (SINVA), e definiu os níveis de competência das três esferas de governo na área de vigilância em saúde ambiental, o que vem sendo estruturado de forma gradativa no País. Tal normatização define o ambiente de trabalho como objeto de vigilância, de forma complementar a Instrução Normativa de Vigilância à Saúde do Trabalhador, aprovada pela Portaria nº 3.120, de 1.º de julho de 1998. Esta tem como objetivo instrumentalizar minimamente os setores responsáveis pela vigilância, nas secretarias estaduais e municipais, de forma que incorporem, em suas práticas, mecanismos de análise e intervenções sobre os processos e os ambientes de trabalho (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

Vale ressaltar, ainda, a importância da Lei nº 8.142/90, que trata da participação e do controle social por meio das conferências e dos conselhos de saúde; do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), que estabelece as diretrizes gerais da política urbana; da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do art. 5.º da Constituição Federal, que reza sobre os direitos individuais e coletivos; da Medida Provisória nº 261/05, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Previdência Social e do Ministério da Saúde, e, por fim, das políticas nacionais de saneamento, educação ambiental, recursos hídricos, resíduos sólidos e outras que perpassam a temática da saúde ambiental (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

Foi citada aqui toda a base legal que norteia a atividade Saúde Ambiental no Brasil, e que deu origem aos diversos órgãos do poder público e entidades, que tem incumbência de cuidar do meio ambiente e da saúde ambiental para às presentes e futuras gerações.

### 1.3 Estrutura da Saúde Ambiental no Brasil

A partir do desenvolvimento da saúde ambiental e de sua consolidação legal, a sua estrutura foi sendo criada e aprimorada a fim de otimizar e agilizar o processo de mitigação dos problemas em saúde ambiental bem como a solução de algum problema.

A articulação intra-intersectorial deve ser um dos elementos fundamentais das ações de saúde ambiental nos diferentes níveis de governo. Tendo o setor Saúde, em especial a Vigilância em Saúde Ambiental, a função de agente mobilizador e promotor das ações que são traduzidas em parcerias para a conjugação de esforços e de recursos, eliminando-se eventuais superposições de ações ou lacunas e potencializando os recursos públicos disponíveis (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

O Setor Saúde está estruturado para atuar nas áreas de vigilância ambiental, epidemiológica, sanitária, de saúde do trabalhador e de laboratórios de referência, relacionando doenças e agravos com o meio ambiente (CUNHA, 2013).

A área de Saúde Ambiental deve criar mecanismos e ações estratégicas com as diferentes secretarias, agências, instituições de pesquisa, fundações e outros órgãos prestadores de serviços públicos e privados de assistência à saúde, visando à promoção da saúde, de forma a relacionar os fatores ambientais como determinantes do adoecimento e das mortes na população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

O mais alto escalão na hierarquia da Saúde no Brasil é o Ministério da Saúde e ele possui cinco secretarias em sua estrutura: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; Secretaria Executiva; Secretaria de Vigilância em Saúde; Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde.

A Secretaria de Vigilância em Saúde (MS, 2011) compreende a vigilância das doenças transmissíveis, do sistema nacional de laboratórios de saúde pública, das doenças e agravos não transmissíveis, promoção da saúde e violências e acidentes, imunizações, doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (CUNHA, 2013).

Na Secretaria de Vigilância em Saúde o Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Vigilância do Trabalhador é o responsável pela coordenação de Saúde Ambiental e a coordenação de Saúde do Trabalhador.

Na Coordenação de Saúde do Trabalhador, são desenvolvidas as políticas e as estratégias para a inserção de ações de Saúde do



Trabalhador nos serviços de Atenção Básica (estratégia de saúde da família) do SUS (CUNHA, 2013).

Ainda na Secretaria de Vigilância em Saúde dentro do Departamento de Doenças Transmissíveis, encontra o Serviço Nacional de Vigilância Epidemiológica. Esse serviço é responsável pelas políticas de controle de doenças, na vigilância dos fatores individuais, coletivos ou ambientais, que possam provocar doenças ou agravos. Sua área de atuação compreende a elaboração de normas e procedimentos técnicos e diretrizes operacionais a serem executadas pelas secretarias estaduais e municipais de saúde, referentes às doenças transmissíveis, controle e notificação de doenças e à Programas Nacionais (CUNHA, 2013).

A Agência de Vigilância Sanitária - (ANVISA) é uma autarquia, vinculada ao Ministério da Saúde, sob regime especial, que tem como área de atuação não um setor específico da economia, mas todos os setores relacionados a produtos e serviços que possam afetar a saúde da população brasileira.

Atendendo às diretrizes do SUS, de acordo com o artigo 198 da Constituição Brasileira, que trata da descentralização, as atividades de vigilância em saúde devem ser executadas a partir das secretarias municipais de saúde (CUNHA, 2013).

A ideia é de que as Secretarias Municipais de Saúde tenham o contato mais direto com a população e suas necessidades; posteriormente faz-se o contato com as Secretarias Estaduais de Saúde e caso necessário aí se faz presente a intervenção do Ministério da Saúde em alguma questão.

De uma forma geral, nos municípios, a vigilância em saúde está estruturada para atuar nas áreas de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental e saúde do trabalhador, além do laboratório de referência nos municípios que os possuem (CUNHA, 2013).

## **CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA**

No intuito de se alcançarem os objetivos deste trabalho, o modelo de pesquisa que mais se adequa à situação e que serve de base para a metodologia é a Pesquisa Exploratória.

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

A pesquisa bibliográfica se justifica no sentido de suprir-nos de informações necessárias à construção do conhecimento e da crítica ao tema em questão, proporcionando a formação de uma base sólida em vias de se tirar conclusões atuais e bem amparadas a respeito da Saúde Ambiental no Brasil.

Para dar seguimento à pesquisa de campo será aplicado um questionário presencial (ANEXO I, pp. 50-51) com oito perguntas fechadas, que serão feitas a doze técnicos, divididos em três grupos, cada grupo contendo técnicos que atuam em uma mesma esfera do governo. Foram escolhidas entidades que desenvolvem processos de licenciamento ambiental e verificar-se-á, ao final, se estes órgãos incorporam nestes processos exigências que prezem pela manutenção da saúde da população, em empreendimentos potencialmente impactantes. Neste questionário serão apresentadas perguntas que contribuirão para o conhecimento da visão que estes profissionais têm sobre o modo com que a Saúde Ambiental está evoluindo, ou não, e se consolidando nestes órgãos, na cultura ambiental e nas práticas de mercado.

No primeiro grupo serão entrevistados quatro profissionais do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – que é uma autarquia federal.

O segundo grupo será composto por quatro técnicos da FATMA – Fundação do Meio Ambiente – que é o órgão ambiental da esfera estadual do Governo de Santa Catarina.

E o terceiro grupo de entrevistados será composto por quatro técnicos da FLORAM – órgão ambiental da esfera municipal de Florianópolis.

Com a contribuição de profissionais destes três órgãos, um da esfera Federal, uma da esfera Estadual e um da esfera Municipal, se terá embasamento para a realização de um confronto do que foi pesquisado na etapa de revisão bibliográfica, com o que determina a legislação, e com o que está sendo praticado de fato.

## CAPÍTULO 3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta etapa do trabalho serão apresentados os resultados obtidos através das entrevistas realizadas, bem como a formulação de uma análise relacionando-se os estudos teóricos levantados na etapa de revisão bibliográfica com os resultados dos questionários aplicados aos profissionais entrevistados.

### 3.1 Resultados Obtidos

Para cada pergunta do questionário será feita uma descrição do seu conteúdo bem como o resultado das respostas dadas pelos profissionais. Também serão elaborados gráficos com as representações das respostas obtidas para cada questão, em números brutos e divididos por órgão ambiental.

Inicialmente foi definido que seriam realizadas doze entrevistas (quatro profissionais em cada órgão), mas no momento da aplicação dos questionários na FATMA e na FLORAM somente três profissionais destas entidades estavam disponíveis a contribuir naquele momento, isto não inviabilizou a coleta de resultados para este trabalho, sendo que a contribuição de três profissionais ainda representa um número significativo.

**1ª Pergunta:** Acredita que a saúde Ambiental está bem regulamentada nas entidades governamentais?

Dos quatro profissionais do IBAMA, os quatro responderam “Não”.

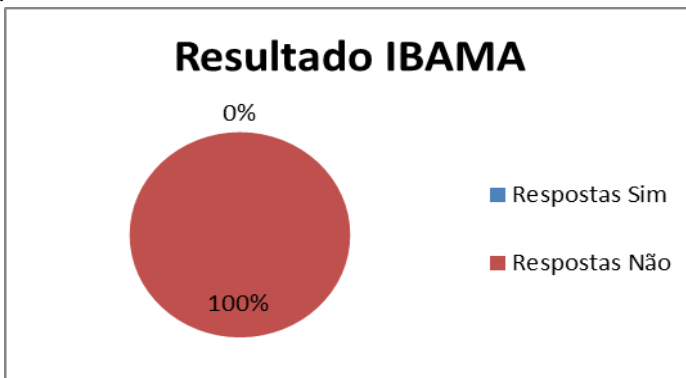


Gráfico 1 – Pergunta 1 IBAMA

Dos três profissionais da FATMA, os três responderam “Não”.

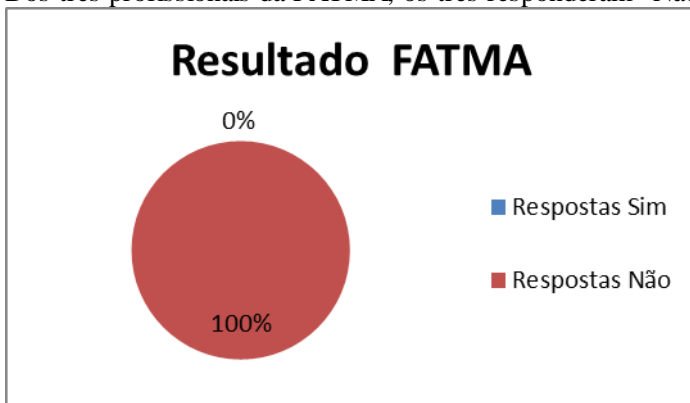


Gráfico 2 – Pergunta 1 FATMA

Dos três profissionais da FLORAM, os três responderam “Não”.

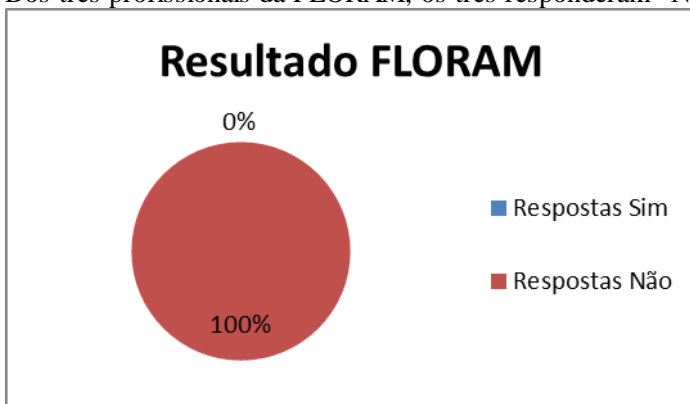


Gráfico 3 – Pergunta 1 FLORAM

O resultado total da primeira pergunta, contabilizando-se as dez entrevistas, registrou que dos dez entrevistados, dez responderam “Não”. A seguir segue o gráfico com o resultado total deste primeiro questionamento:

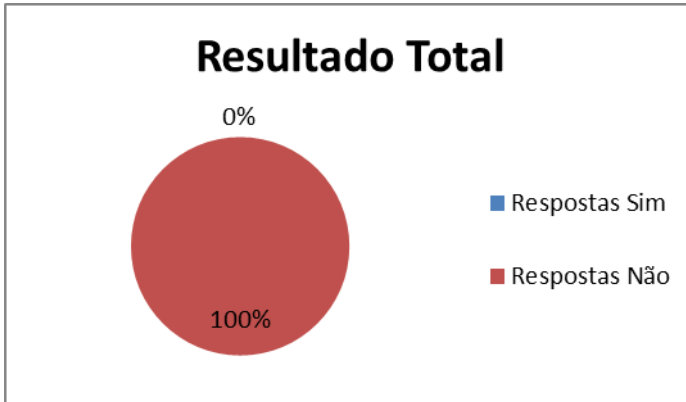


Gráfico 4 – Pergunta 1 Resultado Total

**2ª Pergunta:** Nas análises dos estudos de impacto ambiental do órgão em que você está vinculado são analisados os estudos de impacto à saúde?

Dos quatro profissionais do IBAMA, os quatro responderam “Sim”.

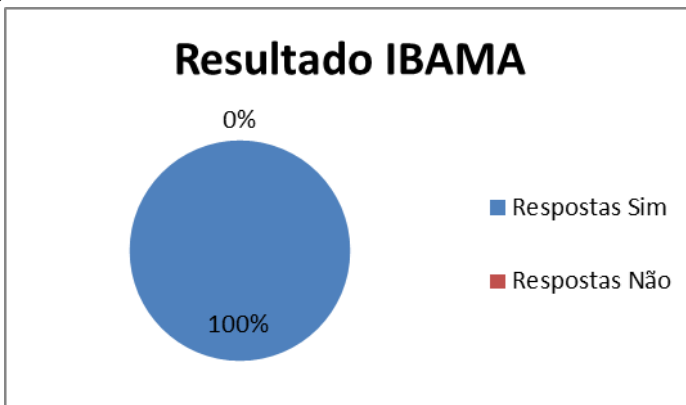


Gráfico 5 – Pergunta 2 IBAMA

Dos três profissionais da FATMA, os três responderam “Sim”.

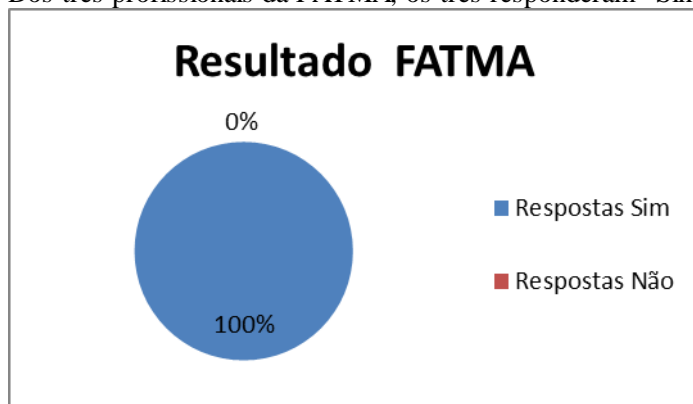


Gráfico 6 – Pergunta 2 FATMA

Dos três profissionais da FLORAM, um respondeu “Sim” e os outros dois responderam “Não”.

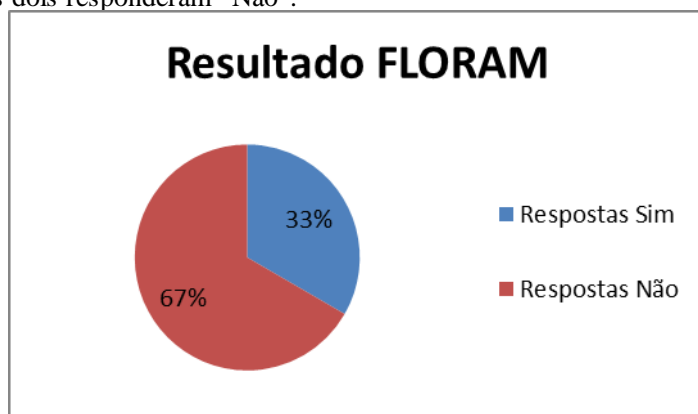


Gráfico 7 – Pergunta 2 FLORAM

O resultado total da segunda pergunta, contabilizando-se as dez entrevistas, registrou que dos dez entrevistados, oito responderam “Sim” e dois responderam “Não”. A seguir segue o gráfico com o resultado total deste segundo questionamento:

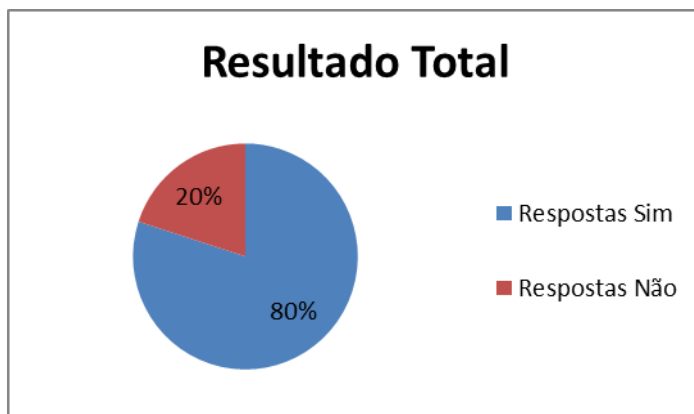


Gráfico 8 – Pergunta 2 Resultado Total

**3ª Pergunta:** A abordagem no impacto à saúde contida nos estudos de impacto ambiental com que trabalha cumpre seu objetivo?

Dos quatro profissionais do IBAMA, 1 respondeu “Sim” e três responderam “Não”.

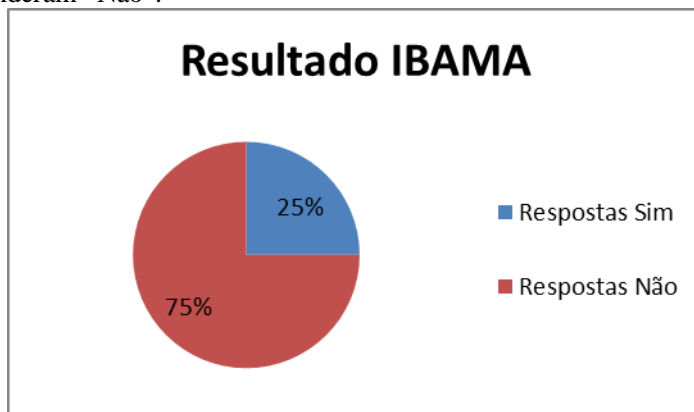


Gráfico 9 – Pergunta 3 IBAMA



Dos três profissionais da FATMA, 1 respondeu “Sim” e os outros dois responderam “Não”.

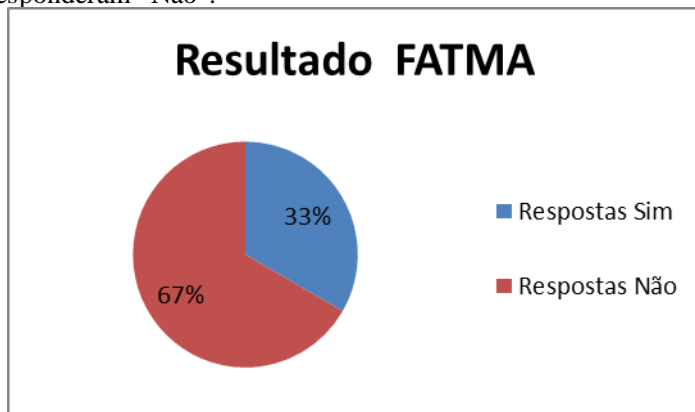


Gráfico 10 – Pergunta 3 FATMA

Dos três profissionais da FLORAM, um respondeu “Sim” e os outros dois responderam “Não”.

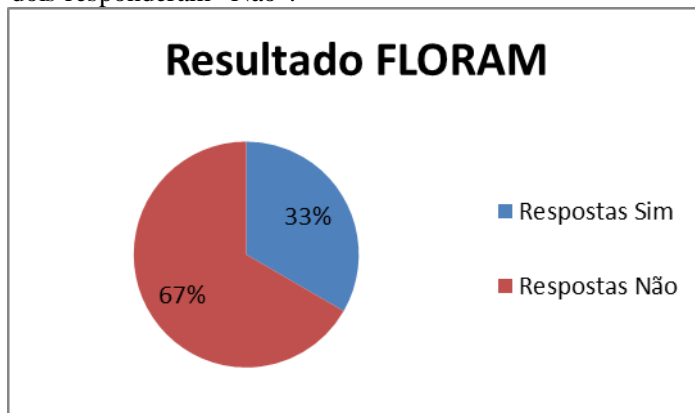


Gráfico 11 – Pergunta 3 FLORAM

O resultado total da terceira pergunta, contabilizando-se dez entrevistas, registrou que dos dez entrevistados, três responderam “Sim” e sete responderam “Não”. A seguir segue o gráfico com o resultado total deste terceiro questionamento:

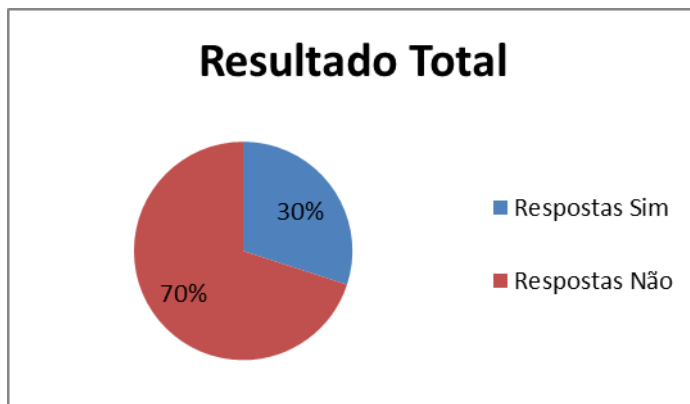


Gráfico 12 – Pergunta 3 Resultado Total

**4ª Pergunta:** Acredita que haja algum conflito de atribuições entre as entidades ambientais e de saúde que impede uma abordagem mais criteriosa no impacto à saúde nos estudos de impacto ambiental?

Dos quatro profissionais do IBAMA, 1 respondeu “Sim” e três responderam “Não”.

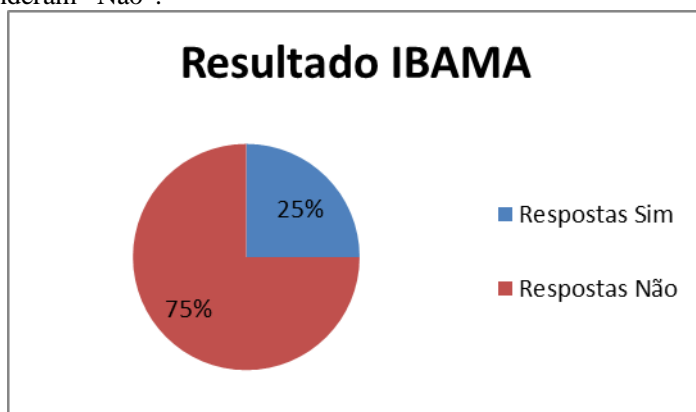


Gráfico 13 – Pergunta 4 IBAMA

Dos três profissionais da FATMA, os três responderam “Sim.

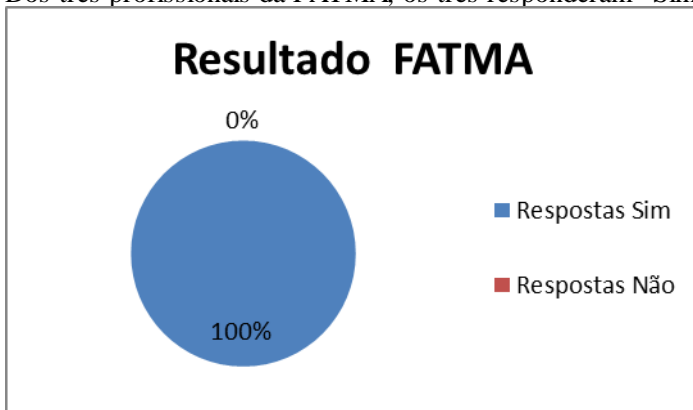


Gráfico 14 – Pergunta 4 FATMA

Dos três profissionais da FLORAM, um respondeu “Sim” e os outros dois responderam “Não”.

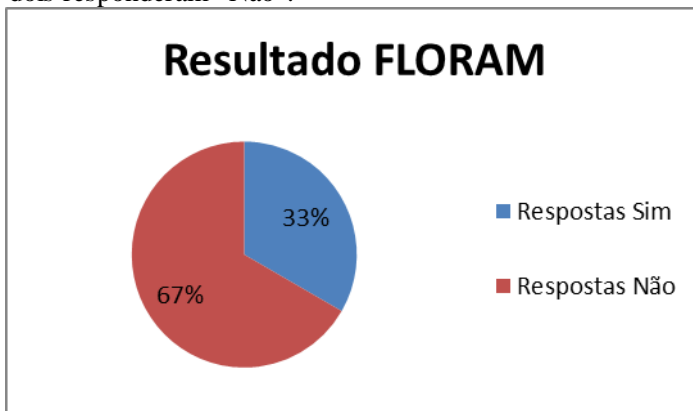


Gráfico 15 – Pergunta 4 FLORAM

O resultado total da quarta pergunta, contabilizando-se dez entrevistas, registrou que dos dez entrevistados, cinco responderam “Sim” e cinco responderam “Não”. A seguir segue o gráfico com o resultado total deste quarto questionamento:

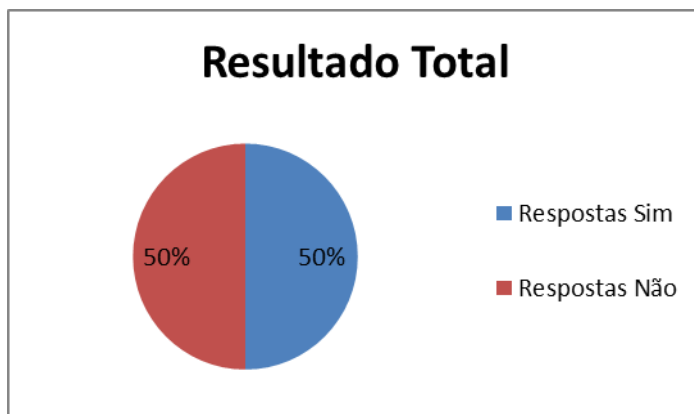


Gráfico 16 – Pergunta 4 Resultado Total

**5ª Pergunta:** A ausência de uma abordagem mais criteriosa no estudo de impacto à saúde no estudo de impacto ambiental deve-se à falta de conhecimento técnico dos profissionais envolvidos?

Dos quatro profissionais do IBAMA, os quatro responderam “Não”.

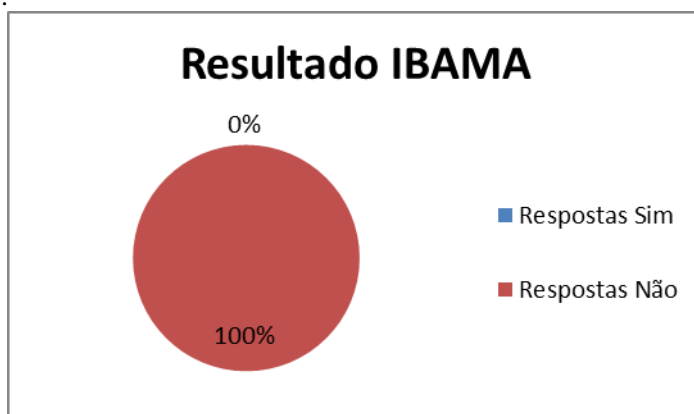


Gráfico 17 – Pergunta 5 IBAMA

Dos três profissionais da FATMA, os três responderam “Sim”.

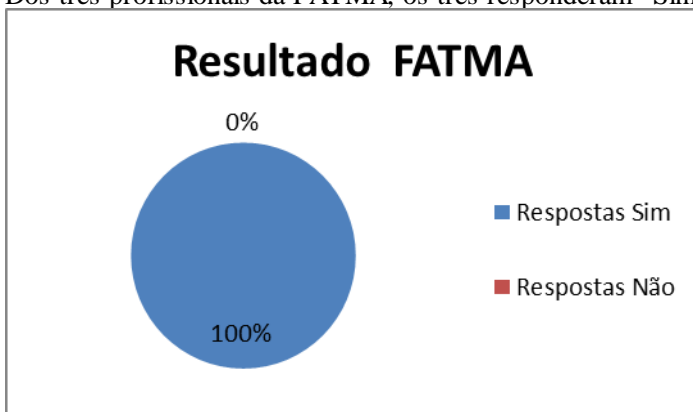


Gráfico 18 – Pergunta 5 FATMA

Dos três profissionais da FLORAM, os três responderam “Não”.

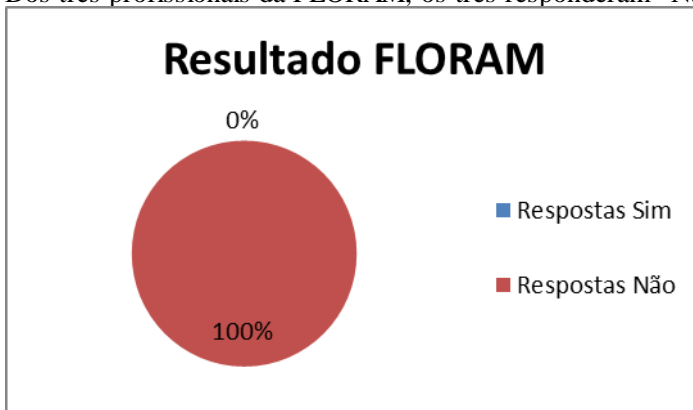


Gráfico 19 – Pergunta 5 FLORAM

O resultado total da quinta pergunta, contabilizando-se as dez entrevistas, registrou que dos dez entrevistados, três responderam “Sim” e sete responderam “Não”. A seguir segue o gráfico com o resultado total deste quinto questionamento:

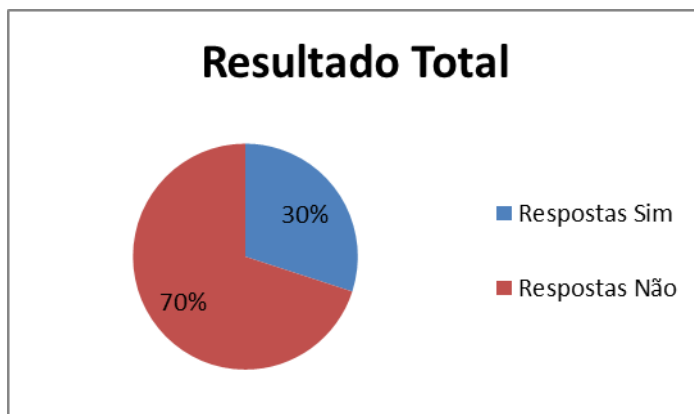


Gráfico 20 – Pergunta 5 Resultado Total

**6ª Pergunta:** A ausência de uma abordagem mais criteriosa no estudo de impacto à saúde, no estudo de impacto ambiental deve-se à falta de profissionais especializados no assunto que não fazem parte do quadro funcional das instituições?

Dos quatro profissionais do IBAMA, os quatro responderam “Não”.

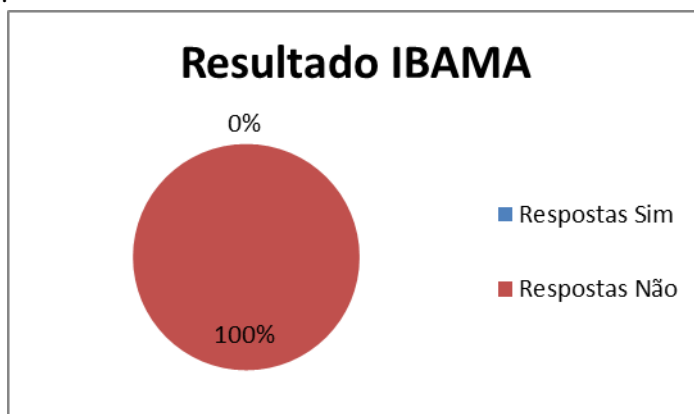


Gráfico 21 – Pergunta 6 IBAMA

Dos três profissionais da FATMA, os três responderam “Sim”.

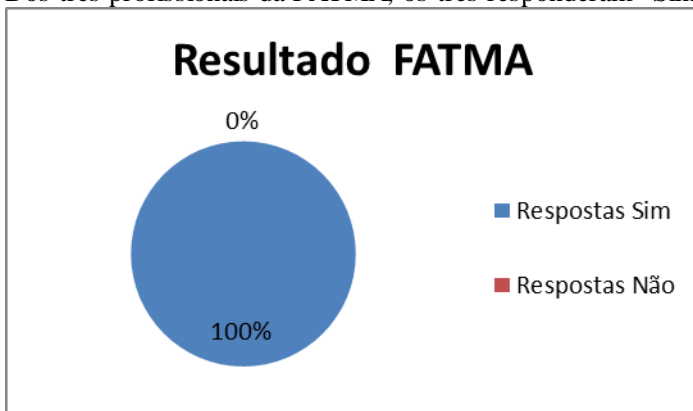


Gráfico 22 – Pergunta 6 FATMA

Dos três profissionais da FLORAM, dois responderam “Sim” e um respondeu “Não”.

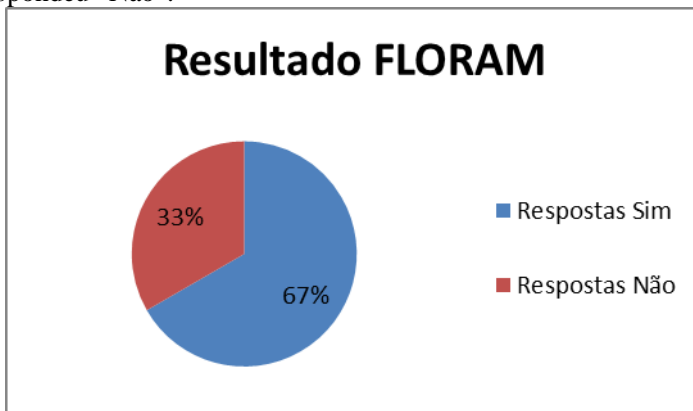


Gráfico 23 – Pergunta 6 FLORAM

O resultado total da sexta pergunta, contabilizando-se as dez entrevistas, registrou que dos dez entrevistados, cinco responderam “Sim” e cinco responderam “Não”. A seguir segue o gráfico com o resultado total deste sexto questionamento:

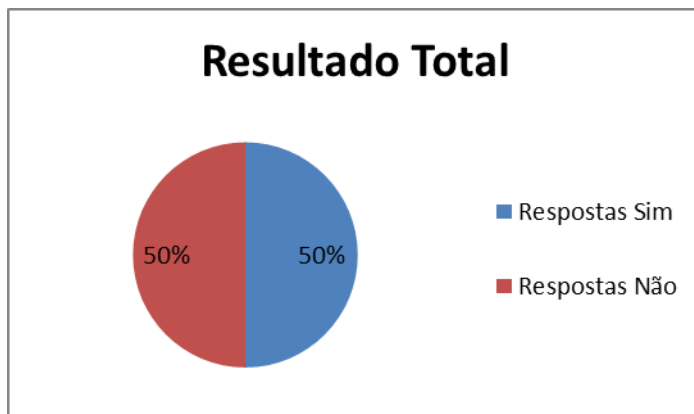


Gráfico 24 – Pergunta 6 Resultado Total

**7ª Pergunta:** O esclarecimento formal, através de legislação específica, de atribuição sobre a análise dos estudos de impacto à saúde entre o setor saúde e o setor meio ambiente contribuiria para a melhoria da qualidade dos estudos de impacto à saúde?

Dos quatro profissionais do IBAMA, três responderam “Sim” e um respondeu “Não”.

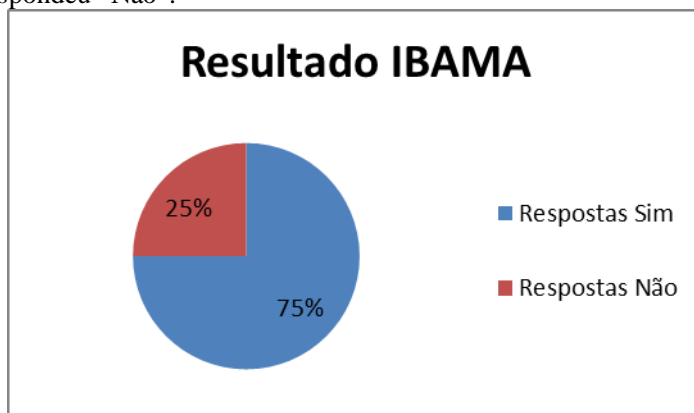


Gráfico 25 – Pergunta 7 IBAMA



Dos três profissionais da FATMA, os três responderam “Sim”.

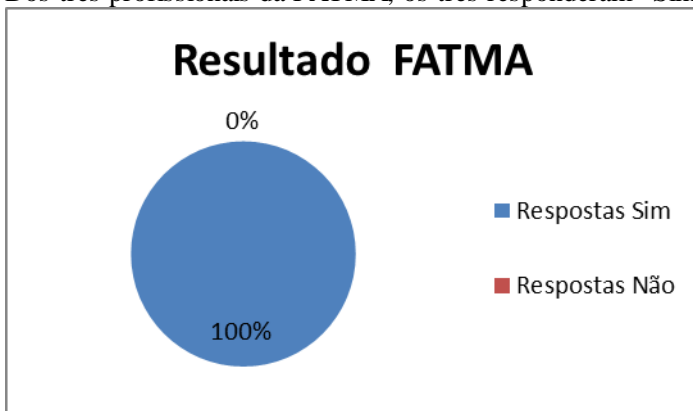


Gráfico 26 – Pergunta 7 FATMA

Dos três profissionais da FLORAM, os três responderam “Sim”.

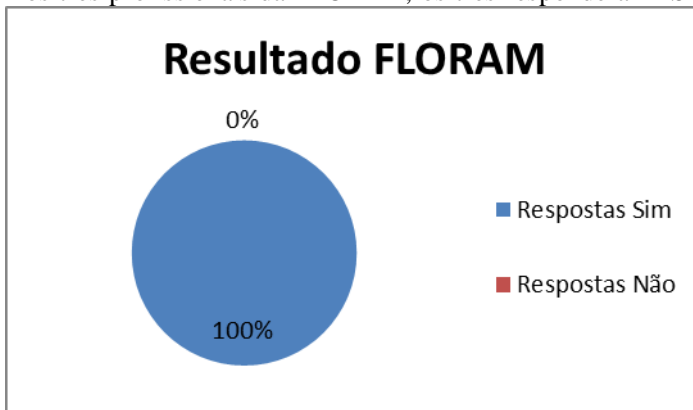


Gráfico 27 – Pergunta 7 FLORAM

O resultado total da sétima pergunta, contabilizando-se as dez entrevistas, registrou que dos dez entrevistados, nove responderam “Sim” e um respondeu “Não”. A seguir segue o gráfico com o resultado total deste sexto questionamento:

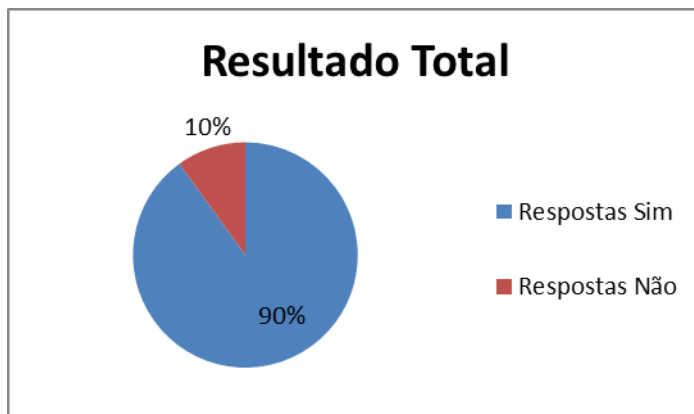


Gráfico 28 – Pergunta 7 Resultado Total

**8ª Pergunta:** A contratação de profissionais de controle ambiental que tenham conhecimento de saúde ambiental contribuiria para uma melhor abordagem nos estudos de impacto à saúde?

Dos quatro profissionais do IBAMA, os quatro responderam “Sim”.

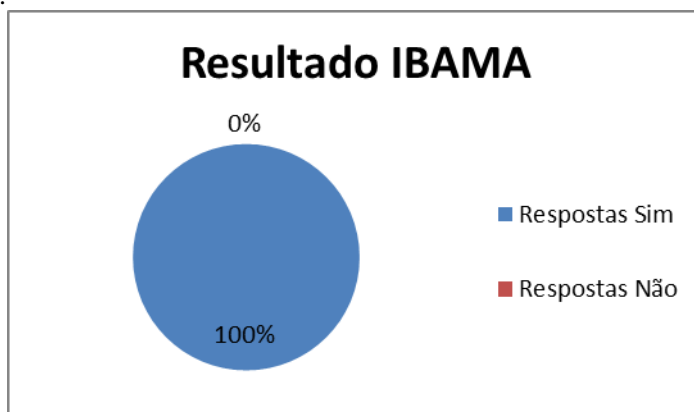


Gráfico 29 – Pergunta 8 IBAMA

Dos três profissionais da FATMA, os três responderam “Sim”.

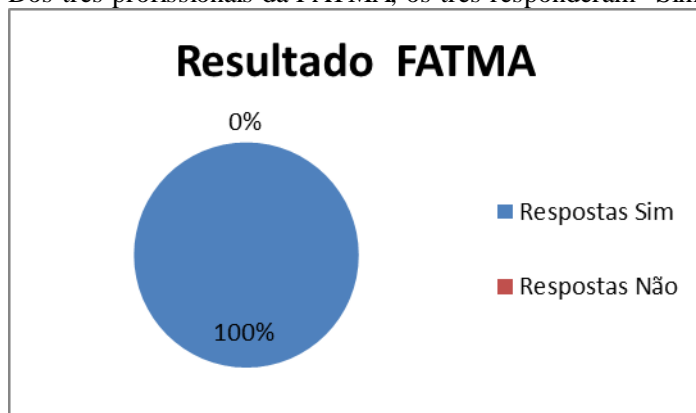


Gráfico 30 – Pergunta 8 FATMA

Dos três profissionais da FLORAM, os três responderam “Sim”.

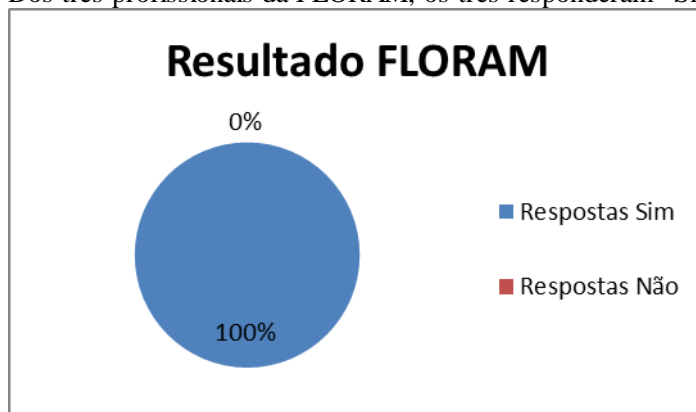


Gráfico 31 – Pergunta 8 FLORAM

O resultado total da oitava pergunta, contabilizando-se as dez entrevistas, registrou que dos dez entrevistados, dez responderam “Sim”. A seguir segue o gráfico com o resultado total deste sexto questionamento:



Gráfico 32 – Pergunta 8 Resultado Total

### 3.2 Análise dos Resultados e Discussões

Com os resultados obtidos através das entrevistas, pode-se buscar algumas tendências nas respostas e avaliar o quanto podem ser representativas no contexto estudado.

Nesta etapa, também se buscará separar as perguntas e avaliá-las individualmente.

**1ª Pergunta:** Acredita que a saúde Ambiental está bem regulamentada nas entidades governamentais?

Como os dez entrevistados responderam “Não” a esta questão, pode-se perceber que há uma clara tendência de que os profissionais das esferas governamentais que trabalham com os estudos de impacto à saúde da população possuem uma opinião de que a saúde ambiental não está fortemente regulamentada nas entidades governamentais.

**2ª Pergunta:** Nas análises dos estudos de impacto ambiental do órgão em que você está vinculado são analisados os estudos de impacto à saúde?

Os profissionais do IBAMA e da FATMA responderam unanimemente “Sim”, e isto é um bom indicativo, pois há uma preocupação destes órgãos com os possíveis impactos à saúde da

população. Já na FLORAM, dois entrevistados responderam “Não” à este questionamento, e um entrevistado respondeu “Sim”, o que causa um certo estranhamento, pois há uma divergência na visão dos entrevistados a respeito das atividades desenvolvidas por este órgão. E levando-se em consideração que a maioria respondeu “Não” é preocupante, pois os estudos de impacto à saúde deveriam ser contemplados nos estudos de impacto ambiental.

**3ª Pergunta:** A abordagem no impacto à saúde contida nos estudos de impacto ambiental com que trabalha cumpre seu objetivo?

Esta questão é muito pessoal e depende da visão de cada profissional, das abordagens de cada órgão e do que seria o cumprimento do objetivo, mas pode-se perceber que a maioria dos profissionais, tanto em cada órgão como no total, responderam “Não” à esta pergunta, e é possível pensarmos que este resultado indica que os estudos de impacto à saúde, quando ocorrem, são ineficientes.

**4ª Pergunta:** Acredita que haja algum conflito de atribuições entre as entidades ambientais e de saúde que impede uma abordagem mais criteriosa no impacto à saúde nos estudos de impacto ambiental?

O resultado desta pergunta não nos permite tirar uma conclusão muito sólida, já que a divisão das respostas ficou em 50% para cada alternativa. O que pode-se ressaltar é que este questionamento acerca do conflito de atribuições entre órgãos governamentais sempre vem à tona e associado aos resultados desta pergunta, pode-se perceber que apesar de às vezes não estar muito claro, este conflito está presente em situações específicas.

**5ª Pergunta:** A ausência de uma abordagem mais criteriosa no estudo de impacto à saúde no estudo de impacto ambiental deve-se à falta de conhecimento técnico dos profissionais envolvidos?

Os profissionais do IBAMA e FLORAM responderam “Não” a esta pergunta, indicando que a ausência de uma abordagem mais criteriosa no estudo de impacto à saúde no estudo de impacto ambiental deve-se à ausência de outros fatores, e não da falta de conhecimento dos profissionais que fazem parte do seu efetivo de funcionários. Já os três entrevistados da FATMA, responderam “Sim” ao questionamento, indicando que neste órgão os estudos de impacto à saúde no estudo de

impacto ambiental poderiam ser mais eficazes, se os profissionais que são responsáveis por estes estudos, tivessem um maior conhecimento acerca do assunto.

**6ª Pergunta:** A ausência de uma abordagem mais criteriosa no estudo de impacto à saúde no estudo de impacto ambiental deve-se à falta de profissionais especializados no assunto que não fazem parte do quadro funcional das instituições?

A análise dos resultados para esta pergunta serão mais claros se analisarmos cada órgão individualmente.

No IBAMA os quatro profissionais responderam “Não”. É um resultado bem representativo e pode indicar com certa precisão que no IBAMA há um bom corpo técnico tanto quantitativamente como qualitativamente (associando-se o resultado do IBAMA da pergunta 5 a esta conclusão) no que diz respeito a estudos de impacto à saúde em processos de licenciamento ambiental.

Na FATMA os três profissionais responderam “Sim”, o que é um forte indício de que tanto quantitativamente quanto qualitativamente (associando-se o resultado da FATMA da pergunta 5 a esta análise) há uma falta de profissionais no seu corpo técnico.

Para a FLORAM, dos três entrevistados dois responderam “Sim”. Este resultado não nos permite tirar uma conclusão sólida, mas é um indicativo de que os profissionais deste órgão acreditam que haja sim uma falta de profissionais especializados no assunto que não fazem parte do quadro funcional deste órgão.

**7ª Pergunta:** O esclarecimento formal, através de legislação específica, de atribuições sobre a análise dos estudos de impacto à saúde entre o setor saúde e o setor meio ambiente contribuiria para a melhoria da qualidade dos estudos de impacto à saúde?

Nesta sétima pergunta houve quase uma unanimidade, já que 90% dos entrevistados responderam “Sim”. Este resultado é de certa forma esperado, pois todo o esclarecimento em relação a algum assunto propicia uma melhora nas ações que serão tomadas a seu respeito.

**8ª Pergunta:** A contratação de profissionais de controle ambiental que tenham conhecimento de saúde ambiental contribuiria para uma melhor abordagem nos estudos de impacto à saúde?

O resultado unânime a favor do “Sim” nesta pergunta também é uma tendência esperada já que é bem difundida a informação de que nos órgãos públicos há um déficit de pessoal especializado, o que acaba sobrecarregando certos profissionais e promovendo a piora na qualidade dos serviços. Portanto é um resultado natural que a contratação de profissionais de controle ambiental que tenham conhecimento específico e aprofundado em saúde ambiental promoveria uma melhora na execução de estudos de impacto à saúde em estudos de impacto ambiental.

## CONCLUSÃO

A legislação brasileira de Saúde Ambiental preconiza que este setor de atuação do poder público tem como objetivo promover ações e mecanismos mitigadores de doenças e mortes da população, que tenham relação com os fatores ambientais.

Através da aplicação dos questionários a dez profissionais pertencentes ao corpo técnico do IBAMA, FATMA e FLORAM, pôde-se verificar que a atual situação de controle à Saúde Ambiental nos órgãos licenciadores ambientais brasileiros não está totalmente consolidada e bem regulamentada. Esta conclusão foi elaborada com a fundamentação de que das oito perguntas realizadas nos questionários, quatro tiveram resultado desfavorável à atual situação da Saúde Ambiental nestes órgãos (1, 3, 7 e 8); duas tiveram resultado favorável (2 e 5); e duas tiveram como resultado o empate (perguntas 4 e 6).

Os objetivos propostos na concepção deste trabalho foram cumpridos e espera-se que a disseminação de seus resultados contribua para a melhora da situação da Saúde Ambiental no Brasil.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Site: [www.portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/agencia](http://www.portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/agencia).>

Acessado em 26/06/2013.

BRASIL. Constituição Brasileira de 1998. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).>

Acessado em 18/06/2013.

BRASIL. Lei 8.080 de 19/09/1990. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>.> Acessado em 19/06/2013.

BRILHANTE, Ogenis Magno; CALDAS, Luiz Querino de A. *Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

CUNHA, Guilherme Farias. *Valoração da saúde humana em estudos de impacto ambiental*. Tese [Doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA. *Textos de Epidemiologia para Vigilância Ambiental em Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde; Fundação Nacional da Saúde, 2002.

MERCADANTE, Otávio Azevedo. *Evolução das Políticas e do Sistema de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Subsídios para Construção da Política Nacional de Saúde Ambiental*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

**ANEXO I****QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA DOS TÉCNICOS**

Nome:.....

Local de trabalho:.....

Função Exercida:.....

1) Acredita que a saúde Ambiental está bem regulamentada nas entidades governamentais?

Sim ( )

Não ( )

2) Nas análises dos estudos de impacto ambiental do órgão em que você está vinculado são analisados os estudos de impacto à saúde?

Sim ( )

Não ( )

3) A abordagem no impacto à saúde contida nos estudos de impacto ambiental com que trabalha cumpre seu objetivo?

Sim ( )

Não ( )

4) Acredita que haja algum conflito de atribuições entre as entidades ambientais e de saúde que impede uma abordagem mais criteriosa no impacto à saúde nos estudos de impacto ambiental?

Sim ( )

Não ( )

5) A ausência de uma abordagem mais criteriosa no estudo de impacto à saúde no estudo de impacto ambiental deve-se à falta de conhecimento técnico dos profissionais envolvidos?

Sim ( )

Não ( )

6) A ausência de uma abordagem mais criteriosa no estudo de impacto à saúde no estudo de impacto ambiental deve-se à falta de profissionais especializados no assunto que não fazem parte do quadro funcional das instituições?

Sim ( )

Não ( )

7) O esclarecimento formal, através de legislação específica, de atribuição sobre a análise dos estudos de impacto à saúde entre o setor saúde e o setor meio ambiente contribuiria para a melhoria da qualidade dos estudos de impacto à saúde?

Sim ( )

Não ( )

8) A contratação de profissionais de controle ambiental que tenham conhecimento de saúde ambiental contribuiria para uma melhor abordagem nos estudos de impacto à saúde?

Sim ( )

Não ( )